

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL.**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015.
(Do Sr. Helio Leite)**

Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser definida, para discutir a liberação do porto de Vila do Conde, em Barcarena no Estado do Pará.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 24, IV, 219 e 255 a 258 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este colegiado, em audiência pública a realizar-se em data a ser definida, o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, da Companhia das Docas do Pará, do Ministério da Agricultura, da Federação Paraense de Agricultura e Pecuária, da Superintendência do Ibama no Pará, Luiz Paulo Printes Albarelli de Castro, do Secretário Estadual de Meio Ambiente, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca (Sedap), com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a interdição do Porto da Vila do Conde, localizado no município Barcarena (PA) que há um ano está funcionando de forma parcial causando prejuízos econômicos ao setor produtivo do Estado do Pará.

JUSTIFICATIVA

Após uma tragédia ambiental ocorrida em outubro de 2015 com o naufrágio do navio Haidar, que afundou com cinco mil bois vivos, o porto da Vila dos Conde está funcionando de forma parcial. O problema resultou em queda de 80% na exportação do boi vivo, causando prejuízos ao setor pecuarista do Pará. O Estado tem o quarto maior rebanho bovino do Brasil, são 22 milhões de cabeças de gado.

O Pará é um dos principais exportadores de boi em pé, o negócio é impulsionado pela conquista de mercados como Oriente Médio e na América Latina. Mas a interdição compromete o desempenho do setor e gera uma crise na pecuária paraense.

De acordo com informações da Associação Brasileira de Exportação de gado, 500 mil bois embarcaram no porto em 2014, o negócio movimentou mais de R\$ 2 bilhões no período.

Há um ano os navios de grande porte estão sem espaço adequado para atracar, o que leva muitas vezes a uma fila de espera de três dias para acesso ao cais. Porém com a interdição do porto, a solução encontrada é o escoamento da produção de boi em pé por outros estados.

Diante do prejuízo social para o estado ao atingir diretamente milhares de trabalhadores do setor, é imprescindível um debate que possa contribuir para solucionarmos o problema.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2016.

HÉLIO LEITE
Deputado Federal
DEM-PARÁ